Jornal da CNTC

70 anos CNTC 1946 - 2016

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 6 • Edição 62 • Março 2016 | Distribuição gratuita • Brasília/DF

POSSE DA DIRETORIA DA CNTC

Diretoria da CNTC toma posse para mandato de quatro anos

PÁGINAS 4 A 6

IGUALDADE DE GÊNERO

CNTC lança campanha pela Igualdade de Gênero

PÁGINAS 8 E 9

21 DE MARÇO

Senador Paulo Paim fala sobre o Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial

PÁGINAS 11 E 12

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C, CEP 70390-020 – Brasília/DF
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **JORNALISTAS:** Marina Barbosa, Raul Lênnon e Rodrigo Rueda • **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Grifo Design • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Marina Gomes Barbosa – RP: 015253/2011 DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C
CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100
Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br –
E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • *1° Vice-Presidente*: Vicente da Silva • *2° Vice-Presidente:* Luiz Carlos Motta • *Diretor Secretário Geral:* Lourival Figueiredo Melo • *Diretor 1º Secretário:* Idelmar de Mota Lima • *Diretor Tesoureiro Geral:* Saulo Silva • *Diretor 1° Tesoureiro:* Edson Geraldo Garcia • *Diretor de Assuntos Legislativos:* José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • *Diretor de Relações Internacionais:* Luiz de Souza Arraes • *Diretor de Formação Sindical:* Ronaldo Nascimento • *Diretor de Assuntos Jurídicos:* Valmir de Almeida Lima • *Diretor de Previdência e Seguridade Social*: Ageu Cavalcante Lemos • *Diretor de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos:* Ronildo Torres Almeida • *Diretora de Políticas para as Mulheres:* Maria Bernadete Lira Lieuthier • *Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho:* Armando Henrique • *Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude:* Márcio Luiz Fatel • *Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho:* Guiomar Vidor • *Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:* José Ribamar Rodrigues Filho • *Diretor de Imprensa e Comunicação Social:* Edson Ribeiro Pinto • *Diretor de Políticas de Qualificação Profissional:* Carlos Dionísio de Morais • *Diretor de Políticas de Econômicas:* José Martins dos Santos.

DIRETORIA | SUPLENTES | Francisco Soares de Souza • José Alves Paixão • Eduardo Genner de Sousa Amorim • Francisca das Chagas Soares da Silva • Luiz Fernando Nunes • Antônio Caetano de Souza Filho • Raimundo Miquilino da Cunha • Helena Ribeiro da Silva • Silvana Maria da Silva • Maria Normélia Alves Nogueira • Maria Euridéia Mendes • Leocides Fornazza • Antônio Marco dos Santos • Edson Ramos • Luiz José Gila da Silva • Valmir Andrade da Silva • Dorival Pereira Bambil • Roberto Galo Ferreira • José Carlos Pavão Diniz • Eusébio Luis Pinto Neto • Valdemar Manrich

CONSELHO FISCAL | EFETIVOS | José Lucas da Silva • Marcos de Holanda Moura • Dorvalino de Oliveira

CONSELHO FISCAL | SUPLENTES | Raimundo Firmino dos Santos • Elizeu Ferrato Cavalcante • Roosevelt Torres Almeida

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE LEVI FERNANDES PINTO

Caros companheiros e companheiras,

No dia 25 de fevereiro passado a Diretoria e o Conselho Fiscal da CNTC foram empossados para o mandato de quatro anos à frente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC). Nosso compromisso com os trabalhadores do comércio e serviços do país nos levou a criar novas diretorias, como: a de Políticas para Mulheres; de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos; de Saúde e Segurança do Trabalho; de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude; de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Imprensa e Comunicação Social; de Politicas de Qualificação Profissional; e de Politicas Econômicas.

Estamos mergulhados num cenário de recessão econômica onde as demissões e fechamentos de empresas são constantes. Segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho, em janeiro as demissões superaram as contratações em 99.694 empregos, o pior resultado para o mês em sete anos. O comércio foi o setor mais impactado, com 69.750 postos de trabalho fechados.

Por isso, precisamos combater arduamente o desemprego, a inflação, os juros altos, a criação de impostos e a reforma da previdência. Não podemos permitir que a inércia do governo atinja diretamente os trabalhadores do comércio e serviços do Brasil.

No mês de março, lançamos o site www.igualdadedegenero.com.br, uma importante ferramenta para compreensão da luta pela igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. No portal temos informações sobre as campanhas desenvolvidas pela CNTC, os temas defendidos pela Diretoria de Políticas para Mulheres da Entidade, legislação e notícias dos eventos relacionados ao dia-a-dia das mulheres brasileiras.

Foto: arquivo CNTC

Levi Fernandes Pinto

Vale ressaltar que historicamente a CNTC sempre defendeu os direitos das mulheres. A garantia da igualdade de gênero, com igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham a mesma função. A igualdade de oportunidades de tratamento e de acesso ao trabalho às mulheres em relação aos anúncios e vagas de emprego, a capacitação constante e o combate e punição irrestritos às práticas de assédio moral e sexual contra as mulheres no ambiente de trabalho.

A cada dia que passa, as mulheres são mais conscientes dos seus direitos, força e capacidade. Nós da CNTC temos muito orgulho em contribuir na construção de um novo tempo, baseado no respeito, na tolerância e na igualdade entre homens e mulheres.

Temos muito trabalho pela frente.

Levi Fernandes Pinto
Presidente

Auditório lotado para a posse da nova diretoria da CNTC

Foto: Rodrigo Rueda

SAÚDE E FINANÇAS

Saúde dos trabalhadores é tema de cartilha publicada pela CNTC

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) acaba de publicar a cartilha "CNTC Saúde", que tem como objetivo alertar os comerciários para a importância dos cuidados com a saúde, orientando da melhor forma possível a família comerciária com relação às questões de bem-estar de homens e mulheres que trabalham no comércio e serviços no Brasil.

O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto ressalta a necessidade das empresas cuidarem da saúde dos seus trabalhadores. "Nós da CNTC acreditamos que ações bem sucedidas de saúde ocupacional e de prevenção são fundamentais para o empregado que é o maior patrimônio de uma empresa", afirmou.

Conhecer os riscos e danos à saúde relacionados à atividade profissional é de extrema importância para o planejamento de ações voltadas para a assistência. Fatores de risco para doenças crônicas, como obesidade, sedentarismo e estresse possuem relação direta com a produtividade do trabalhador.

Dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) apontam que apenas em 2014 (último ano com informações disponíveis), foram registrados mais de 200 mil casos de concessão de auxílio-doença, entre os profissionais assegurados pela Previdência Social.

A cartilha "CNTC Saúde" aborda temas como tabagismo, câncer, saúde da população negra, ambiente de trabalho, descanso, doenças comuns aos trabalhadores, direitos das pessoas com deficiência, questões previdenciárias, assédio moral e sexual e exercícios, voltados para proteger

a saúde dos comerciários que trabalham por longos períodos em pé ou sentados.

Quem tiver interesse na publicação pode acessar o portal www.cntc.org.br/publicacoes/cartilhas e baixar o material.

Confira o guia para o trabalhador em tempos de crise

O material está disponível no portal da CNTC para download

Em tempos de inflação, desemprego, juros altos e recessão econômica, ter noções de educação financeira pode fazer uma grande diferença na vida do trabalhador e sua família. Pensando nisso, a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) acaba de lançar o "Guia para o trabalhador em tempos de crise".

O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto destaca a importância da educação financeira. "Não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. É buscar melhor qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando segurança material para aproveitar os prazeres da vida e ao mesmo tempo conseguir superar eventuais imprevistos".

A educação financeira possui importante papel no processo de desenvolvimento econômico, gerando consciência financeira para orientar decisões, proporcionando uma boa gestão das finanças pessoais. A cada momento a sociedade é impactada pelo lançamento de um novo produto, por uma propaganda encantadora e com isso os consumidores são levados ao consumo desenfreado, sem planejamento e gerando endividamento.

Sem as noções básicas necessárias para avaliar os impactos do consumo sem controle, o salário acaba sendo insuficiente para o pagamento das dívidas assumidas. Consequentemente as pessoas recorrem ao crédito rotativo, ao cartão de crédito, ao cheque especial e a empréstimos em bancos ou financiadoras, criando a famosa bola de neve dos endividados.

A CNTC acredita na importância de trabalhadores mais informados e na educação financeira de jovens e crianças, bem como dos trabalhadores do comércio e serviços do Brasil e de suas famílias. No portal www.cntc.org.br, quem tiver interesse encontra a cartilha disponível para download.

POSSE DA DIRETORIA DA CNTC

Diretoria da CNTC toma posse para mandato de quatro anos

A cerimônia foi realizada na sede da Entidade, em Brasília

Foto: Joel Rodrigues

Mesa de abertura da cerimônia de posse da diretoria da CNTC para o mandato de 2016 a 2020

No dia 25 de fevereiro, foi realizada na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília, a cerimônia de posse da diretoria para exercer o mandato de quatro anos (2016 a 2020).

Compuseram a mesa de abertura do evento, antes da solenidade de posse, o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto; o 1º vice-presidente, Vicente da Silva; o 2º vice-presidente, Valmir de Almeida Lima; o 1º tesoureiro, Luiz Carlos Motta; a diretora de Assuntos Internacionais da CNTC, Maria Bernadete Lira Lieuthier e o presidente das mesas coletora e apuradora da eleição, Dr. Célio Rodrigues Neves.

Para o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, a Entidade está pronta para avançar cada vez mais na luta dos trabalhadores no comércio. "Estamos mais fortalecidos e, essa diretoria, se compromete a conduzir os destinos da Entidade com lisura e obstinação. A CNTC cresceu, foram criadas novas diretorias, para assim darmos a cada uma de nossas bandeiras o protagonismo necessário", destacou.

Analisando o momento econômico e político do país, Levi Fernandes Pinto ressalta a importância de reforçar o discurso contra diversas medidas do governo que possam causar impacto direto na vida do trabalhador. "Não podemos nos calar, precisamos lutar contra a reforma da Previdência, não vamos aceitar a criação de mais impostos, vamos lutar contra os juros elevados. Precisamos de desenvolvimento não de arrocho salarial e desemprego".

MANDATO 2016-2020

Comandada pelo presidente Levi Fernandes Pinto, a diretoria da CNTC foi eleita no dia 26 de novembro de 2015 para o mandato de quatro anos (2016 a 2020). A chapa única recebeu 24 votos dos representantes de federações do Sistema CNTC sem nenhuma abstenção.

A diretoria da CNTC vai intensificar as ações pela valorização da categoria e garantir os benefícios já conquistados, tendo como principal objetivo a unificação dos comerciários do Brasil. A missão da Entidade é lutar pelo cumprimento dos direitos garantidos aos trabalhadores do setor de Comércio e Serviços ao longo da história, bem como alcançar novas conquistas na busca da melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos comerciários e prestadores de serviços.

> "Não podemos nos calar, precisamos lutar contra a reforma da Previdência, não vamos aceitar a criação de mais impostos, vamos lutar contra os juros elevados. Precisamos de desenvolvimento não de arrocho salarial e desemprego"
>
> **LEVI FERNANDES PINTO**

POSSE DA DIRETORIA DA CNTC

Fotos: Rodrigo Rueda e Joel Rodrigues

Dirigentes sindicais do Pará

(Da esq. para dir.) Carlos Dionísio de Morais, Levi Fernandes Pinto e Luiz Carlos Motta

(Da esq. para dir.) Antônio Marco dos Santos, Luiz de Souza Arraes, Francisco Soares de Souza e Eusébio Luis Pinto Neto

(Da esq. para dir.) Silvana Maria da Silva, Levi Fernandes Pinto e Guiomar Vidor

Dirigentes sindicais de Mato Grosso

Armando Henrique e Levi Fernandes Pinto

Edson Ribeiro Pinto e Luiz Carlos Motta

Dirigentes sindicais de várias partes do país marcaram presença na posse da Diretoria da CNTC

José Martins dos Santos e Luiz José Gila da Silva

Luiz Carlos Motta e José Ribamar Rodrigues Filho

POSSE DA DIRETORIA DA CNTC

Fotos: Rodrigo Rueda e Joel Rodrigues

Levi Fernandes Pinto, presidente da CNTC

Dirigentes sindicais lotaram o auditório na cerimônia de posse da Diretoria da CNTC

Foto oficial da diretoria empossada para o mandato de quatro anos

Diretores fazem juramento de posse

Luiz Carlos Motta e Ronildo Torres Almeida

Diretores da CNTC e familiares no evento da Posse

Dirigentes sindicais da Fentramacag marcam presença na posse de Diretoria da CNTC

Lourival Figueiredo Melo e Helena Ribeiro

Maria Bernadete Lira Lieuthier e Márcio Luiz Fatel

Ageu Cavalcante Lemos, Diretor de Previdência e Seguridade Social

Elaine Calvo Motta e Luiz Carlos Motta

Levi Fernandes Pinto e Vicente da Silva

Lourival Figueiredo Melo e o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto (esq.)

Luiz Carlos Motta e Levi Fernandes Pinto

A diretor de Políticas para Mulheres, Maria Bernadete Lira Lieuthier durante o juramento de posse

MULHERES SINDICALISTAS

CNTC participa do 5° Encontro com Mulheres Sindicalistas

DIÁLOGOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO: DESAFIOS PARA A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES. ESSE FOI O TEMA DO 5° ENCONTRO COM MULHERES SINDICALISTAS, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM) DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS, NO DIA 4 DE MARÇO, NO HOTEL NACIONAL, EM BRASÍLIA. CERCA DE 100 DIRIGENTES SINDICAIS DE VÁRIAS PARTES DO PAÍS PARTICIPARAM DO EVENTO.

A diretora de Políticas para Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Maria Bernadete Lira Lieuthier, destacou a importância do encontro para o fortalecimento do debate sobre ações realmente transformadoras no dia a dia das mulheres brasileiras. "Mudanças urgentes precisam acontecer em todo o país. Precisamos da união das ações em busca do processo de emancipação da mulher trabalhadora, chancelando as justas lutas pela igualdade de gênero, pelo combate à violência e ao assédio e pela ampliação da participação feminina na vida pública, nas organizações e no meio sindical".

No encontro, os temas abordados foram os desafios no mercado de trabalho e as políticas de cuidado sob a perspectiva de gênero. "A autonomia econômica é a chave para abrir todas as portas para as mulheres romperem com o preconceito de gênero, discriminação e desrespeito em todos os mundos do trabalho", declarou a secretária da SPM, Eleonora Menicucci, durante a abertura do evento que destacou também as diferenças salariais entre mulheres e homens.

A assistente social Magda Bello de Almeida Neves, professora doutora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentou dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que mostram que, em 2010, as mulheres ganhavam 75,7% do salário dos homens ante uma percentagem de 73,6% em 2000 e 79,8% em 2009. Segundo Magda, mesmo as trabalhadoras dispondo de escolaridade superior, os salários, se comparados, não refletem ganhos semelhantes. "O rendimento médio mensal dos homens alcançou R$ 1.987 e das mulheres 1.480", afirmou a professora.

Em 2013, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a população brasileira somava mais de 200 milhões de habitantes, dos quais mais da metade (51,4%) eram mulheres, sendo a maioria negra. Considerando o recorte de gênero e raça, houve alta na taxa de precarização do trabalho, sendo o norte e o nordeste as regiões com índices mais elevados, tendo como alguns fatores as empregadas sem carteira de trabalho assinada, trabalhadoras por conta própria, as não remuneradas, as trabalhadoras para o próprio consumo e empregadoras para até cinco empregados.

Fotos: Raul Lêmnon

Dirigentes sindicais e a ministra do TST, Delaíde Alves Miranda Arantes (centro)

A secretária da SPM, Eleonora Menicucci e a diretora de Políticas para Mulheres da CNTC, Maria Bernadete Lira Lieuthier

Dirigentes sindicais e a ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes

"A inserção das mulheres no mercado de trabalho está dada por uma tensão entre autonomia e desigualdade. Neste contexto, além da divisão sexual do trabalho que determina as relações sociais é fundamental analisarmos as desigualdades raciais", explica Magda. Em 2015, entre as mulheres em idade ativa, 70,1% tinham cobertura direta ou indireta da Previdência Social, mas em relação às mulheres negras, o percentual chega a 60,4%.

Ainda de acordo com o Ipea, em 2015 existiam cerca de 14,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas, representando 32,5% dos empregados com carteira assinada. Além disso, segundo a pesquisadora da UFMG, 40% dos trabalhadores terceirizados são mulheres. "No Brasil, nas últimas décadas, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou consideravelmente, mas, esse movimento não foi acompanhado por mudanças na esfera familiar. Elas continuam sendo as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e pela educação dos filhos", disse.

AUTONOMIA ECONÔMICA

A série de encontros com mulheres sindicalistas, promovido pela SPM tem como objetivo discutir os avanços e desafios para aprimorar a formulação de políticas públicas para a promoção da autonomia econômica das mulheres. "Não podemos perder o foco da luta pela emancipação social, pela superação do patriarcalismo, do sexismo e do racismo. Esses temas precisam fazer parte das nossas bandeiras por uma democracia melhor", disse a ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes.

As dirigentes sindicais Helena Ribeiro, secretária geral da Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo (FEAAC), Maria Normélia Alves Nogueira, presidente do Sindicato das Secretárias e Secretários do Distrito Federal (SISDF), a presidente do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Campinas e Região (SEAAC), Elizabete Prataviera e a diretora Luciana Franco também participaram do evento.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Para celebrar o Dia Internacional da Mulher, CNTC lança campanha pela Igualdade de Gênero

A diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho é um grande desafio. A mulher trabalhadora ainda ganha menos e tem poucas oportunidades de ascensão a cargos de chefia. Além disso, também existe uma baixa representação das mulheres em cargos de liderança, a violência e diversas violações contra os direitos da mulher.

Por isso, para marcar o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 08 de março, a diretoria de Políticas para Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), lança uma campanha pela Igualdade de Gênero. Na página da internet www.igualdadedegenero.com.br, criada especialmente para celebrar a data, uma série de informações a respeito da busca pela igualdade de gênero, campanhas e números para denúncias estão disponíveis para consulta.

Maria Bernadete Lira Lieuthier, diretora de Políticas para Mulheres da CNTC, afirma que a campanha da Entidade voltada para Igualdade de Gênero contribui para conscientização das mulheres na luta diária pela busca de direitos.

> “Para nós da CNTC, não basta somente uma legislação que garanta igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenhem a mesma função. Queremos ver as leis garantidas no dia a dia. Atuamos para que as mulheres trabalhadoras no comércio e serviços possam ter mais e melhores oportunidades e mais autonomia econômica. É fundamental garantir seus direitos e acesso à informação”
>
> **LEVI FERNANDES PINTO**

“Para nós da CNTC, não basta somente uma legislação que garanta igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenhem a mesma função. Queremos ver as leis garantidas no dia a dia. Atuamos para que as mulheres trabalhadoras no comércio e serviços possam ter mais e melhores oportunidades e mais autonomia econômica. É fundamental garantir seus direitos e acesso à informação”, destaca.

A deputada federal Dâmina Pereira (PMB-MG) é Coordenadora dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados. Com exclusividade ela conversou com o Jornal da CNTC sobre os desafios encarados pelas mulheres brasileiras.

Deputada Federal Dâmina Pereira (PMB-MG)

Jornal da CNTC – Quais são os desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras?

Dâmina Pereira – Preconceito, discriminação, violência, desigualdade social, respeito e oportunidade em cargos melhores dentro das organizações, além da equiparação salarial com os homens.

Quais são os projetos que tramitam na Casa que a senhora destaca como prioritários para as mulheres?

Temos vários projetos tramitando na Câmara, entre eles posso destacar o PL 173/2015, que tornará crime o descumprimento das medidas protetivas de urgência, prevista na Lei Maria da Penha. Também temos o PL 7371/2014 que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Esse projeto foi aprovado no Senado e está pronto para ser votado no Plenário.

Recentemente, a CNTC lançou uma cartilha para combater o assédio moral no trabalho. Como a senhora vê esse tema no dia a dia da mulher?

O assédio moral expõe as mulheres a situações humilhantes e constrangedoras, levando a vítima a se desestabilizar emocionalmente. Afeta a autoestima e a própria segurança psicológica, causando estresse ou outras enfermidades. Ao contrário do assédio sexual, já tipificado no Código Penal, o assédio moral ainda não faz parte. Tramitam vários projetos no Congresso Nacional para definir assédio moral como crime.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ritmo atual e sem ações dirigidas, a igualdade salarial entre os sexos não existirá antes de 2085. A igualdade salarial ainda é uma realidade distante para a mulher brasileira?

Apesar de ser um debate constante, ainda é uma realidade distante no Brasil. As mulheres conseguiram alcançar a igualdade com os homens em questões importantes como a saúde, a educação, mas ainda que cheguem ao mercado de trabalho com o mesmo nível de preparo, enfrentam barreiras de todos os tipos, sendo a mais grave a barreira salarial.

> “O assédio moral expõe as mulheres a situações humilhantes e constrangedoras, levando a vítima a se desestabilizar emocionalmente.”

A igualdade de oportunidades entre mulheres e homens talvez seja um desafio maior que a igualdade salarial. O que a senhora pensa?

A igualdade de oportunidades entre mulheres e homens é um grande desafio. O que precisa ser entendido é que essa igualdade acelera o crescimento, reduz a pobreza, melhora a governança e favorece o respeito pelos direitos fundamentais. ■

Foto: Raul Lêmon

Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Mulher

Frente Parlamentar Mista em Defesa Dos Direitos Humanos da Mulher é lançada no Congresso Nacional

No dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, foi criada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Mulher. A criação da frente nasceu da iniciativa da deputada federal Ana Perugini (PT-SP), para que a data seja marcada pela continuidade da luta das mulheres pelos direitos adquiridos.

A diretora de Políticas para Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Maria Bernadete Lira Lieuthier, participou do evento de lançamento da frente. Ela destacou a importância da criação do grupo para manutenção de direitos fundamentais para as mulheres. "A criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Mulher é fundamental para assegurar que propostas que possam ir contra os interesses das mulheres brasileiras, não tenham voz no Congresso Nacional".

A frente é composta por 200 parlamentares e também tem como finalidade fiscalizar programas e políticas públicas, debater o aumento da representatividade da mulher na política, acompanhar a tramitação de projetos de lei que possuam impacto direto nos direitos das mulheres e aproximar deputados e senadores dos movimentos sociais.

CNTC sedia o II Seminário Nacional das Dirigentes Sindicais dos Empregados em Postos de Combustíveis, promovido pela Fenepospetro e Fepospetro

No dia 07 de março, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), foi realizada a cerimônia de abertura do II Seminário Nacional das Dirigentes Sindicais dos Empregados em Postos de Combustíveis, promovido pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados do Petróleo (Fenepospetro) e pela Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo (Fepospetro). O tema central escolhido para o encontro foi o combate ao assédio de violência de gênero.

Representando o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, o diretor Secretário Geral da Entidade, Lourival Figueiredo Melo destacou o compromisso com a luta das mulheres. "Estamos vivendo um momento em que cada vez mais os trabalhadores vão precisar dos sindicatos, das federações e confederações. O desemprego já atinge as mulheres diretamente. A CNTC, que vai completar 70 anos em novembro, passou um período sem ter representação das mulheres. O presidente eleito teve o compromisso de reconhecer a importância do papel das mulheres, com a criação da diretoria de Políticas para Mulheres. Vale lembrar que as mulheres estão no mercado de trabalho não para tomar o lugar dos homens, mas sim pela sua competência".

A diretora de Políticas para Mulheres da CNTC, Maria Bernadete Lira Lieuthier saudou as participantes do evento destacando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e apontou a necessidade de avançar na luta pela promoção da igualdade de oportunidades e a eliminação de todas as formas de discriminação. "É por meio de movimentos organizados, sérios e conscientes que seremos capazes de promover mudanças reais no reconhecimento e valorização do papel da mulher na sociedade", afirmou a diretora.

Participaram da mesa de abertura do evento, Luiz de Souza Arraes, diretor de Relações Internacionais da CNTC e presidente da Fepospetro; Eusébio Luis Pinto Neto, diretor suplente da CNTC e secretário-geral da Fenepospetro; Carlos Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Frentistas do Distrito Federal; Telma Maria Cardia, secretária da Mulher da Fenepospetro e presidente do Sinpospetro de Guarulhos (SP); Sueli Camargo, secretária da Mulher da Fepospetro e presidente do Sinpospetro de Sorocaba (SP); José Felipe da Silva, presidente do Sinpospetro de São José dos Campos (SP), Adriano Souza Nascimento, secretário de Gênero, Raça e Etnia do Sinposba e a Dra. Maria Gabriela Prado Mansur, promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região da Grande São Paulo II.

Dando continuidade ao seminário, no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, foi exibido o filme "Revolução em Dagenham", que narra a história de Rita O´Grady, uma operária que trabalhava na Ford e liderou o movimento grevista em 1968, que lutava por igualdade salarial. Três palestras também foram realizadas, com foco na saúde e violência contra as mulheres. Diversas atividades em grupo foram realizadas para debater e refletir as questões apresentadas pelas palestrantes, visando guiar a construção de moções e resoluções para direcionar a atuação da categoria.

Foto: André Oliveira

Dirigentes Frentistas de várias partes do país participaram do seminário

21 DE MARÇO

Discriminação Racial: um problema social que precisa ser combatido

O Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial é celebrado em 21 de março. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a data em 1976, em referência ao Massacre de Sharpeville, em Joanesburgo, na África do Sul, em pleno período do apartheid, onde 69 pessoas morreram e 186 ficaram feridas durante um protesto pacífico interrompido violentamente pela polícia.

Desde então, a data serve para alertar a sociedade que lutar contra o racismo e promover a igualdade racial é tarefa cotidiana, não só através de denúncias, mas também atuando junto aos poderes políticos e econômicos.

No Brasil, apesar dos avanços e a população negra representar 54% da população brasileira, segundo dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o acesso a melhores condições de vida ainda são negados. Os negros são as maiores vítimas de assassinatos. Seus salários são inferiores aos dos brancos e ainda convivem com os maiores índices de desemprego. No campo político, os negros ainda não possuem representatividade em quantidade ao seu peso social e muitas conquistas foram obtidas pela luta dos movimentos sociais organizados.

Para falar sobre o tema, o Jornal da CNTC entrevistou com exclusividade o único parlamentar negro reeleito na história da República pelo voto direto, o senador Paulo Paim (PT-RS).

Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador Paulo Paim (PT-RS)

Jornal da CNTC – No Brasil, apesar da população negra ser maioria, o acesso a melhores condições de vida ainda são negados. Qual importância do dia 21 de março na luta pela igualdade de direitos?

Paulo Paim (PT-RS) – O dia 21 de março é uma data internacional. É simbólica, mas muito importante, onde o mundo observa, ou no mínimo a população reflete, o que a gente tem feito para combater o racismo e o próprio preconceito. É uma luta, que no meu entendimento, deve colaborar para avaliarmos, por exemplo, sobre o que estamos fazendo para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aplicado na íntegra, já que é uma lei que garante as políticas públicas para o combate ao racismo.

É uma data de reflexão para escolas, sindicatos, sobre o que estamos fazendo para combater o racismo e o preconceito. Inclusive para reflexão das polícias, militar e civil, já que existe muita agressão por parte da polícia em relação ao povo negro.

Recebemos denúncias gravíssimas no Senado que comprovam isso. É aquela frase que infelizmente muitos usam, "negro parado é suspeito, correndo é culpado". Isso é um absurdo. Mas essa frase ainda circula entre as forças de repressão.

Então o dia 21 de março é o momento que obriga todos nós a caminharmos para que o Brasil esteja integrado em uma única nação de negros, brancos e índios, como diz Martin Luther King, " que possam sentar na mesma mesa e comer do mesmo pão."

O senhor é autor do Estatuto da Igualdade Racial. Quais os direitos assegurados para a população negra?

O Estatuto e posteriormente com a política de cotas, asseguram direitos fundamentais para o povo negro. Por exemplo, das cotas nas universidade, 50% das vagas são destinadas para alunos de escolas públicas, entre eles pobres, negros e índios.

Nós aprovamos recentemente que no serviço público 20% das vagas são para negros. O Estatuto também apresenta políticas na área da saúde e educação. Abraça todas as áreas dos direitos humanos, para garantir que o governo brasileiro e as instituições, os estados e municípios, possam ter políticas de combate ao racismo e preconceito.

Nós aprovamos recentemente também que no serviço público 20% são para negros. O Estatuto tem política na área da saúde, educação, das multas para aqueles que cometem crime de racismo ou preconceito. O Estatuto abraça todas as áreas dos direitos humanos para garantir que o governo brasileiro e as instituições, os Estados e os Municípios, possam ter políticas de combate ao racismo e ao preconceito.

Na prática, o Estatuto da Igualdade Racial tem funcionado para a população negra?

Eu sou autor do Estatuto do Idoso, do portador de deficiência, fui relator do Estatuto da Juventude e fui autor do Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto na verdade ele recolhe e une tudo para o combate ao preconceito.

Nós temos consciência que a população tem que se apropriar cada vez do Estatuto e exigir o seu cumprimento. Isso vale para o idoso, deficiente, juventude e também para o povo negro. Essa apropriação é que vai fazer com que ele seja cumprido de forma mais ampla e digna.

Dados do IBGE apontam que a população negra sofre mais com assassinatos do que os brancos. Os salários são menores e os índices de desemprego maiores. O que pode ser feito para construirmos uma sociedade mais justa e igual para todos?

Isso é uma questão de educação. São campanhas que nós deveríamos fazer de forma integrada com as três esferas de poder, com os meios de comunicação, com a sociedade em geral, para mostrar de uma vez por todas que a capacidade de um homem não se mede pela cor da pele, mas sim pela sua conduta. É um processo de formação, de debate, de convencimento para mudar uma cultura atrasada, que nos faz lembrar que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura. Naquela época, após a abolição, o negro não tinha o direito de estudar, não tinha direito a nada.

21 DE MARÇO

CONTINUAÇÃO

Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senador Paulo Paim (PT-RS)

O negro foi totalmente marginalizado. Até hoje, se pararmos para pensar, quantos negros temos como empresários, fazendeiros? Vamos encontrar um ou outro. Isso porque as propriedades foram passando de pai para filho. Então, tudo isso precisa ser contabilizado como uma discriminação hedionda e por justiça precisamos fazer essa compensação.

Existe alguma diferença entre discriminação racial e racismo?

Um se completa no outro, não existe diferença. Se você discrimina alguém e você é negro, consequentemente você é racista. O racismo parte para o coletivo, quando você é discriminado. O preconceito às vezes é individual.

Na política os negros não possuem representatividade em quantidade condizente ao seu papel social. Muitas de suas conquistas se devem ainda aos movimentos sociais organizados. Como podemos mudar essa realidade para termos mais negros na política?

Infelizmente essa é a realidade. Existe um trabalho desenvolvido recentemente pela UnB, que mostra que na história da República eu fui o senador que mais apresentou projetos voltados para o combate ao racismo e ao preconceito. Na média, de cada dez projetos que apresentei, oito foram relacionados a esses temas. Na história do país, fui o único senador negro reeleito pelo voto direto.

Na Câmara dos Deputados, uns vinte deputados devem assumir essa pauta de combate ao racismo e preconceito e nós, negros, somos 51% da população brasileira.

Existe alguma programação para celebrar o dia 21 de março no Senado Federal?

Sim. No dia 21 faremos uma sessão na Comissão de Direitos Humanos para aprofundar o debate. É inaceitável o povo não participar mais ativamente da política. Se nós, tivéssemos uma bancada de meia dúzia de senadores negros, a história seria outra. Na Câmara, se tivéssemos cinquenta deputados negros, a história também seria outra. No momento travamos lutas isoladas e avançamos como podemos. ■

LICENÇA-PATERNIDADE

Sancionada a lei que aumenta a licença-paternidade para vinte dias

A presidente Dilma Rousseff sancionou no dia 8 de março, a lei (nº 13.257, 08 de março de 2016) que cria a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, que estabelece uma série de direitos voltados para crianças de até seis anos de idade. No início de fevereiro deste ano, o texto foi aprovado pelo Senado Federal e agora sancionado sem vetos. Assim, a licença-paternidade passa de cinco dias para 20 dias. A proposta faz parte do marco regulatório dos direitos da primeira infância.

Foto: DollarPhotoClub

Pela lei, a obrigatoriedade de vinte dias vale para as empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã, criado em 2008 pelo governo federal com o objetivo de estimular o prazo da licença-maternidade para seis meses. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade ou licença-paternidade, a trabalhadora e o trabalhador não poderão exercer nenhuma atividade remunerada e a criança deverá ser mantida sob seus cuidados. Caso essa regra não seja cumprida, os trabalhadores perdem o direito à prorrogação. A lei também é válida para casos de adoção de criança.

O Programa Empresa Cidadã permite à empresa deduzir do Imposto de Renda devido o salário pago ao trabalhador nos 15 dias extras que estiver fora. A regra só vale para as empresas que têm tributação sobre lucro real.

RODADA DAS FEDERAÇÕES

No mês de março, Secretaria da Mulher da Fecosul reafirma luta pela igualdade de gênero

No Dia Internacional da Mulher, celebrado em 08 de março, mais uma vez, a Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecosul) reafirma suas bandeiras de luta. Durante todo o mês de março, através da Secretaria da Mulher, a Federação divulgará materiais informativos e atividades, que terão como objetivo dar visibilidade a temas como a igualdade de gênero, combate à violência, empoderamento das mulheres e outras pautas que englobam variados setores da sociedade. Os materiais - impressos e web - buscam a conscientização de homens e mulheres. No site e redes sociais da Federação, semanalmente, serão trabalhadas as principais bandeiras de lutas defendidas pela Secretaria da Mulher da Fecosul.

SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL

No Brasil, cresce, cada vez mais, o número de mulheres ocupando vagas no mercado de trabalho e cargos nos espaços de poder. Mesmo com tal aumento, elas ainda sofrem com a desigualdade salarial e enfrentam dificuldade na busca por locais públicos que possam deixar os filhos durante o período em que estão trabalhando.

Pesquisas mostram que os rendimentos entre homens e mulheres, considerando os mesmos cargos, são desiguais e injustos, pois, no Brasil, o salário delas chega a ser 30% menor que o salário dos homens. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que os homens ganham mais que as mulheres em todas as faixas de idade, níveis de instrução, tipo de emprego ou de empresa. A menor diferença salarial relacionada a gênero está na faixa mais jovem da população, que possui nível universitário, sendo a defasagem mais baixa entre trabalhadores formais e a mais alta entre aqueles que trabalham em pequenas empresas.

Pesquisa realizada em 2015 mostrou que, no Brasil, devido à desigualdade, homens e mulheres trabalham o ano todo, porém as mulheres só recebem salário igual ao dos homens até 19 de outubro, depois estariam trabalhando de graça. O cálculo foi feito com base em estatísticas do IBGE pela especialista em economia de gênero, Regina Madalozzo, do Insper. As diferenças salariais no país chegam a 20,32%, considerando profissionais que trabalham 40 horas por semana.

Para a diretora da Secretaria da Mulher da Fecosul, Silvana Maria da Silva, a disparidade salarial é incompreensível. "Em um mercado de trabalho com liberdade de contratação e demissão é incompreensível haver divergências salariais entre homens e mulheres em decorrência unicamente de discriminação", abordou a diretora.

A diretora ainda reafirmou a luta pela igualdade salarial. "Lutamos para combater a desigualdade de salários entre homens e mulheres; para exigir que mulheres mais qualificadas tenham oportunidade de assumirem postos de comando e ganhem igual aos homens nas mesmas condições; também para impedir que mulheres sejam submetidas aos estereótipos de gênero que ainda predominam em nossa força de trabalho que é muitas vezes agrupada em trabalho feminino e o masculino", destacou Silvana.

Contudo, o aumento da participação da mulher como provedora da renda familiar deu um grande salto e não diminui o papel da Mulher como mãe, esposa e responsável pela administração do lar, e nesse ponto enfrentam outro grande problema: a falta de creches para deixar seus filhos.

A dificuldade de acesso as creches não é só um empecilho enorme na vida das trabalhadoras, mas também na educação das crianças.

Segundo dados do IBGE, a falta de creches é o principal motivo para as mulheres trabalhadoras abandonarem o emprego. Na melhor das hipóteses, sem ter como pagar uma creche particular ou acessar as vagas insuficientes da rede pública, muitas vezes as mães acabam deixando a criança com familiares ou cuidadoras, sem nenhuma capacitação profissional, sem espaços/equipamentos adequados e nenhuma segurança.

Apesar de a educação infantil ser um direito da criança até seis anos de idade, garantido no artigo 7º da Constituição Federal em seu inciso XXV e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, não existem vagas suficientes nas creches da rede pública. Pelo contrário, mesmo se contamos com a rede privada, menos de 2 a cada 10 crianças brasileiras estão matriculadas em creches.

Enquanto o Governador Sartori aumenta o salário de deputados, secretários e juízes (o que vai custar mais de R$ 5,7 milhões aos cofres públicos) e dá um reajuste de apenas 9,6% para o salário mínimo regional dos trabalhadores, valor que nem cobre a inflação, o RS apresenta um déficit de 172 mil vagas para educação infantil, segundo dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

No RS, 84 municípios (16,9% do total) não possuem atendimento em creche e 106 municípios (21,33%) têm creche em tempo parcial, com duração diária inferior a 7 horas. E na imensa maioria das cidades que possuem creche em tempo integral, a maior parte não são públicas. O que dificulta o acesso das trabalhadoras, que com pouca renda não tem condições de pagar para que cuidem de seus filhos.

Das cinco cidades que possuem o menor número de vagas, duas são formadas por grandes concentrações de trabalhadoras e estão localizadas na região metropolitana de Porto Alegre: Alvorada que atende apenas 9,78% das crianças e Viamão que atende apenas 14,6%. Entre as maiores e mais ricas cidades, Porto Alegre atende apenas 49,75%, Caxias do Sul (37,54%) e Canoas (23,88%).

COBRAR DOS GOVERNANTES E DOS PATRÕES O DIREITO À CRECHE

O acesso à creche é um direito das mães e das crianças e um dever do Estado. Devemos cobrar que o governo pare de desperdiçar dinheiro e invista 10% do PIB na educação, disponibilizando creches públicas, gratuitas e de qualidade em tempo integral para 100% das crianças. Mas até que se consiga obrigar o governo a cumprir a lei e garantir as creches, devemos exigir também das empresas que cumpram a lei e disponibilizem creches ou auxílio creche para os filhos de funcionários.

Fonte: Assessoria de Comunicação FECOSUL, com informações de Portais.

Observatório do Trabalho Decente vai levantar dados transfronteiriços

Representantes sindicais do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile participaram do encontro em Foz do Iguaçu (PR)

Mais de 60 representantes sindicais do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile estiveram reunidos em Foz do Iguaçu (PR), na sede do Sindicato dos Comerciários de Foz do Iguaçu (SINECOFI), a fim de debaterem os objetivos estratégicos para dar início aos estudos científicos sobre o trabalhador no comércio no Cone Sul. Durante o evento, os participantes debateram sobre os problemas comuns aos países-membros do Observatório do Trabalho Decente, como a precarização do ambiente de trabalho e a necessidade da promoção do diálogo público para criar acordos que avancem no sentido da construção de uma agenda voltada para o trabalho digno.

"O Observatório de Trabalho Decente tem como objetivo monitorar o estado e o progresso do Trabalho Decente nos países-membros. Esse instrumento chega para pesquisar e analisar a produção de estudos e de indicadores do progresso do trabalho decente, elaborar resenhas e disponibilizá-las para consulta e informação dos trabalhadores, sindicalistas e técnicos nas diferentes regiões dos países envolvidos", destaca o diretor geral do observatório e presidente do SINECOFI, José Carlos Neves.

Por sua vez, o presidente da UNI América e secretário de assuntos internacionais da Federação Argentina dos Empregados no Comércio e Serviços (Faecys), delegado sindical Rubens Cortina, destaca que "o Observatório chega como um novo instrumento de estudos e estatísticas da futura Confederação dos sindicatos comerciários no MERCOSUL. As pesquisas e levantamento de dados vão apontar as melhores práticas para adotarmos conjuntamente na promoção do trabalho decente a fim de produzirmos informações e análises que possam apoiar na elaboração de pautas para negociações trabalhistas".

EXTENSÕES

O encontro também apontou questões a serem estudadas pelo Observatório, tais como: dimensão contratual (as diversas formas de remuneração do trabalhador); dimensão estrutural: mercado regional; dimensão vincular (formas empregatícias); dimensão contextual: saúde, segurança, higiene e ferramentas de trabalho; dimensão sociocultural: cultura política de trabalho, violência e discriminação étnica, etária, de gênero e xenofóbica.

A promoção de uma agenda nacional de trabalho decente começou a ser debatida no Brasil no início do ano 2000. Ela foi oficializada em 2006 e define três prioridades, a partir dos conceitos de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

Fonte: FECEP / Fotos: FECEP

FECOMBASE participa de seminário sobre financiamento sindical

O deputado federal Bebeto (PSB-BA), ao centro, é o relator da Comissão na Câmara dos Deputados

Dirigentes sindicais de vários municípios baianos participaram do seminário.

Representantes da Comissão Especial para Debater o Financiamento da Atividade Sindical no Brasil, da Câmara dos Deputados, participaram no dia 29 de fevereiro, na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador (BA), de um seminário para coletar informações para a elaboração de uma proposta que unifique os projetos de lei em tramitação e que tratam da estrutura sindical, avaliando o financiamento e a organização dos sindicatos. O debate foi solicitado pelo deputado federal Bebeto (PSB-BA). A comissão foi instalada no dia 1º de outubro do ano passado e tem como presidente o deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP).

O presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia (FECOMBASE), Márcio Fatel, fez parte da mesa de trabalho do seminário e avaliou que o debate é importante para a manutenção da defesa dos interesses dos trabalhadores. "Precisamos regulamentar o financiamento sindical para continuar defendendo os interesses do trabalhador. Chega de manobras para sufocar o movimento sindical. Isso só interessa ao patrão. A FECOMBASE, como sempre, está na luta e de olhos abertos".

Para o relator da comissão, deputado federal Bebeto (PSB-BA), o debate serve para construção de uma proposta com transparência. "Ao buscar a regulamentação do custeio da atividade sindical, o sindicalismo brasileiro dá um importante passo a frente nesse momento em que a sociedade brada por mais transparência nas instituições. Como relator, busco elaborar um projeto fruto da pluralidade de opiniões, discutindo o tema de forma clara", destacou.

Fonte: FECOMBASE

OPINIÃO

Foto: Joel Rodrigues

Edson Ribeiro Pinto
Presidente da FENAVENPRO e diretor de Imprensa e Comunicação Social da CNTC

O Brasil está muito doente. Chamem um médico!

Houve um tempo (e não faz tanto tempo assim) em que a economia brasileira crescia 10% ao ano. O mesmo percentual que avançou a fantástica economia da China nos últimos 25 anos. O que significa, exatamente, nosso país crescer 10%? Significa que agricultura, indústria, comércio e serviços e empregos crescem também na mesma proporção. Significa que, como nossa população cresce 2% ao ano, a cada ano os brasileiros ficam 8% mais ricos – ou 8% menos pobres. Como queiram.

Mas o Brasil mudou muito. Hoje, não crescemos a 10%, nem a 5%, nem 0%. Hoje, nosso crescimento é negativo, e em 2015 os brasileiros ficaram 3,6% menos ricos – ou 3,6% mais pobres. Como queiram...

As notícias constantes de uma luta implacável contra a corrupção, detonada pelo Ministério Público, não sobrepujam a ingovernabilidade em que o país está submergindo, com as disputas entre o Poder Executivo e Legislativo. Uma disputa que não ocorre por melhores condições para o Brasil, porém, por um mesquinho aumento de poderes pessoais.

> “Quando tivemos a última notícia que fez os brasileiros felizes? Já não lembramos mais.”

Somos inundados todos os dias por notícias sobre a queda no grau de investimento (que significa não apenas menos investimentos estrangeiros no Brasil, mas também a retirada de investimentos feitos – e menos empregos); notícias sobre a piora do atendimento na área da saúde (leia-se menos qualidade de vida); notícias sobre a piora do índice de desenvolvimento humano – abaixo do México, Uruguai e SriLanka, por exemplo (leia-se menos capacidade para conseguir um emprego); notícias sobre a queda de 13% da Bolsa de Valores (leia-se menos negócios, menos empregos); queda no programa Minha Casa Minha Vida; dobra do custo da energia elétrica; inflação acima de 10%.

E o país encerra 2015 com um déficit orçamentário de 51,8 bilhões de reais – uma dívida nossa, de cada brasileiro, que vamos ter de pagar com mais impostos.

RECADO PARA A PRESIDENTA DO BRASIL

Prezada Dilma Rousseff: Por outro lado, o governo anuncia um aumento do salário mínimo acima do que estava previsto no orçamento. Isso é bom... Mas, em 2015, foram fechados um milhão e meio de Postos de trabalho e para este ano a promessa é de mais fechamentos. De que nos adianta a perspectiva de um salário melhor se não temos o emprego?

O povo brasileiro não quer muito, presidenta. Quer, apenas, de volta, os empregos que uma política cruel e pouco competente nos está roubando. Mas, lamentavelmente, o seu governo não é capaz disso. Que pena!

Luiz Carlos Motta, da Fecomerciários e Abram Szajman, da Fecomércio-SP, fecharam acordo garantindo reajustes salariais.

Fecomerciários vai antecipar negociação salarial

As convenções coletivas do comércio varejista, atacadista, concessionárias e práticos de farmácia recompuseram o poder de compra da categoria; cerca de 2,7 milhões de trabalhadores. Os reajustes garantiram pagamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) integral e, em diversos casos, com aumento real e já estão em vigor, de acordo com as respectivas datas-bases.

O presidente da Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (Fecomerciários), Luiz Carlos Motta, destaca que o debate foi intenso até haver consenso entre as partes envolvidas. “As negociações não foram fáceis. Houve embates em torno da crise econômica com o risco do ônus da recessão ser transferido para os comerciários por vontade dos patrões. Por isso, a demora em assiná-las. Nossos sindicatos jamais aceitariam prejudicar ganhos salariais e perder quaisquer cláusulas sociais presentes nas convenções coletivas anteriores”.

Em 2016, para evitar eventuais atrasos, as rodadas de negociação serão antecipadas, inclusive as dos práticos de farmácia, cuja data-base é 1º de julho. Durante os encontros, serão discutidas as propostas da Fecomerciários na busca pela valorização da categoria.

Fonte: Fecomerciários

MULHERES NA POLÍTICA
POLÍTICAS PARA AS MULHERES

CNTC NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO E PELA AUTONOMIA DAS MULHERES.

8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

CNTC
Somos todos nós

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO